



212
W

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 00689/2004/004/2012
EMPREENDIMENTO: MINERAÇÃO VILAS BOAS LTDA.
EMPREENDEDOR: MINERAÇÃO VILAS BOAS LTDA.

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

O Secretário Executivo do COPAM exercendo atribuição definida no Decreto nº. 44.667 de 3 de dezembro de 2007 e Deliberação Normativa COPAM 177 de 22 de agosto de 2012, com fundamento legal no § único, artigo 19, do Decreto 44.844 de 25 de junho de 2008, vem, por meio deste ofício, proceder ao juízo de admissibilidade do recurso interposto por MINERAÇÃO VILAS BOAS LTDA. em face do PA nº 00689/2004/004/2012, contra decisão proferida pelo Superintendente Regional de Regularização Ambiental da SUPRAM Sul de Minas, que arquivou o processo de Revalidação de Licença de Operação em 06/03/2014, decisão publicada no "Minas Gerais" em 08/03/2014, por falta de informações complementares.

Em cumprimento ao disposto no artigo 23 do Decreto 44.844/08, passo ao exame da admissibilidade.

1- Da Tempestividade

De acordo com o artigo 20 do Decreto 44.844/08, o prazo para interposição do recurso contra decisão referente à Licença Ambiental a que se refere o artigo 19 é de trinta (30) dias, contados da publicação da decisão, observado o disposto no art. 59 da Lei 14.184/02.

A decisão foi publicada no "Minas Gerais" em 08/03/2014, e o recurso interposto em 18/03/2014, conforme protocolo nº R0074601/2014, transcorridos, portanto, 9 dias, conforme regras de contagem de prazo estabelecidos na Lei Estadual nº. 14.184/02.

Assim, o recurso é tempestivo.

2- Da Legitimidade (art. 22 do Decreto 44.844/08)

O pedido foi formulado por parte legítima.

3 – Requisitos do art. 23 do Decreto 44.844/08.

Os requisitos foram devidamente atendidos.

Pelo exposto, Conheço do recurso, presentes os requisitos de admissibilidade.

Belo Horizonte, 19 de maio de 2014.



Danilo Vieira Júnior

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente da URC Sul de Minas.

